

Edital de Credenciamento nº 003/2018

COMPOSIÇÃO DO EDITAL

- 01.DO OBJETO
- 02.DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE
- 03.DO VALOR ESTIMADO E QUANTITATIVO
- 04.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 05.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
- 06.DA HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO
- 07.DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO
- 08.DA VIGÊNCIA
- 09.DAS PENALIDADES
- 10.DO PAGAMENTO
- 11.DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 12.DAS ALTERAÇÕES
- 13.DA FISCALIZAÇÃO
- 14.DA RESCISÃO DO CREDENCIAMENTO
- 15.DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 16.ANEXOS
- 17.INFORMAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO - N.º 003/2018

A Secretaria Municipal de Saúde de Boa Vista, torna público que estará recebendo em sua sede, situada na Rua Coronel Mota, 418, Bairro São Pedro, a partir da sua publicação, DOCUMENTAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS COM OU SEM FINS LUCRATIVOS E FILANTRÓPICAS, PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, para a prestação de serviços de forma complementar ao SUS, usando como referência os valores da Tabela SIGTAP/SUS e/ou de forma complementar, Recurso Próprio, os procedimentos conforme adiante elencados e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

01 DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada para credenciamento de serviço de saúde complementar de imagem na especialidade de Odontologia, conforme procedimentos (ANEXO I) para atender aos pacientes atendidos no Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Boa Vista (CEO) e Hospital da Criança São Antônio (HCSA).

02 DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

A Regra geral é que a Administração Pública tenha seus contratos precedidos por procedimento licitatório, no entanto, o Art. 25 da Lei nº 8666/93 traz a possibilidade de inexigibilidade de licitação quando houver impossibilidade de competição:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal da Saúde

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A inviabilidade de competição, além das hipóteses previstas nos incisos I, II e III, pode ser justificada pela possibilidade de contratar a todos, dessa forma não há que se falar em competição, pois existem vários prestadores e todos podem ser contratados.

O credenciamento é, portanto um mecanismo para efetivar-se uma contratação com inexigibilidade de licitação.

O município de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, possui uma população de 332.020 habitantes (estimativa IBGE 2017), concentrando assim 63,5% da população de Roraima.

Possui 58 (cinquenta e oito) equipes de estratégia de saúde da família instaladas em 35 (trinta e cinco) unidades básicas e 08 (oito) centros especializados.

Na capital encontram-se todas as unidades de saúde de referência em média e alta complexidade do Estado, sendo o Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA) uma unidade de saúde sob gestão municipal, referência Estadual de pacientes pediátricos, conforme pactuado em CIB-RR

O Centro de Especialidade Odontológica (CEO) atende pacientes referenciados das unidades básicas do município de Boa Vista. Oferta atendimento odontológico nas especialidades de Odontologia Geral (Cirurgião Dentista), Periodontia, Endodontia, Cirurgia Bucomaxilofacial e Odontopediatria.

O Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA), hospital especializado Tipo I, componente da Rede de Urgência e Emergência (RUE) do Estado de Roraima, referência no atendimento de pacientes pediátricos, oferta, aos pacientes da capital e interior, atendimento de urgência, emergência e eletivo em Odontologia na especialidade de Odontologia Geral (Cirurgião Dentista) e Cirurgia Bucomaxilofacial.

Conforme responsáveis técnicos em odontologia do CEO e HCSA, os exames de imagem de Radiografia Panorâmica e Tomografia Computadorizada por Feixe Cônico – CONE BEAM são necessários para o planejamento dos procedimentos e avaliação das estruturas faciais dos arcos dentários dos pacientes que são submetidos à cirurgias orais pelos especialistas em Cirurgia Bucomaxilofacial, em pacientes atendidos ou encaminhados as unidades municipais citadas acima.

A radiografia panorâmica (também chamada de pan tomografia) é uma técnica que produz uma única imagem tomográfica das estruturas faciais que inclui ambos os arcos

dentários, maxilar e mandibular, e suas estruturas de suporte. Essa é uma variante curvilínea da tomografia convencional e também se baseia no princípio de movimento recíproco da fonte de raios X e de um receptor da imagem ao redor de um plano ou ponto central, denominado plano de corte, no qual se localiza o objeto de interesse. Objetos em frente ou atrás desse plano de corte não são visibilizados de forma clara em virtude do seu movimento em relação ao centro de rotação do receptor e da fonte de raios X.

As principais vantagens das radiografias panorâmicas incluem as seguintes:

- Ampla visibilidade dos ossos faciais e dentes;
- Baixa dose de radiação ao paciente;
- Não causa desconforto ao paciente;
- Possibilidade de ser realizada em pacientes com dificuldades de abertura de boca;
- Curto tempo necessário para realizar a radiografia panorâmica, geralmente por volta de 3 a 4 minutos (incluindo o tempo necessário para posicionar o paciente e o tempo de exposição)
- Facilidade de compreensão das radiografias panorâmicas pelo paciente, tornando-as um útil auxílio visual na educação do paciente e apresentação de casos clínicos;

Radiografias panorâmicas são mais úteis clinicamente para o diagnóstico de problemas que requerem ampla visualização dos maxilares. Exemplos comuns incluem avaliação de traumatismo, localização de terceiros molares, patologias extensas, lesões grandes conhecidas ou suspeitadas, desenvolvimento dentário (em especial na dentição mista), retenção de dentes ou ápices radiculares (em pacientes edêntulos) e anomalias de desenvolvimento. Essas funções não requerem a alta definição e o alto detalhe das radiografias intra-orais. As radiografias panorâmicas são comumente usadas como a imagem inicial de uma avaliação por permitir adequada visualização ou auxiliar na indicação de outras radiografias. As radiografias panorâmicas também são úteis em pacientes que não têm boa tolerância a exames intraorais. No entanto, quando um exame radiográfico intraoral completo é realizado em um paciente que será submetido a tratamento dentário, normalmente pouca ou nenhuma informação útil adicional é obtida através de uma radiografia panorâmica simultânea.

A Tomografia computadorizada de feixe cônico (TCFC) é baseada na tomografia volumétrica e usa a extensão digital a duas dimensões (2D) na área do detetor, combinado com um feixe de raio-X a 3D. A técnica *cone beam*, ou feixe cônico, é única e envolve

apenas uma passagem a 360° com o *scanner*, onde a fonte do raio-X e a área recíproca se movem à volta da cabeça do paciente.

Possibilita, em tempo real, imagens 2D coronais, sagitais e mesmo oblíquas ou curvas; consegue reunir as diferentes imagens, proporcionando uma imagem a 3D que vai permitir uma visão da cavidade oral e da região maxilofacial em qualquer plano.

TCFC é uma ferramenta importante na realização de diagnósticos e planos de tratamento complexos, no planeamento de implantes, enxertos ósseos, acesso cirúrgico a patologias, ATM, pré e pós-cirúrgicos de fraturas craniofaciais, na ortodontia com medições do desenvolvimento, demonstrações de variações anatómicas, entre outros.

Atualmente estes procedimentos não são disponibilizados na rede própria municipal de saúde e/ou rede credenciada, tornando-se necessário o credenciamento para melhor planejamento cirúrgico e seguimento nos pacientes atendidos no CEO E HCSA.

03 DO VALOR ESTIMADO E QUANTITATIVOS

3.1 Os procedimentos e valores dos procedimentos de imagem em odontologia objeto deste Edital estão descritos no **anexo I**, assim como os valores e quantidades no **anexo II** em conformidade com a tabela SIGTAP/SUS e valores complementares.

04 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Indicar, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, um preposto que, nos fins de semana e feriados, atenderá prontamente a Secretaria Municipal de Saúde-SMSA, em casos excepcionais e urgentes, com acesso ao serviço móvel celular ou outro meio, que permita o efetivo contato;
- b. Prestar serviços de acordo com as normas legais;
- c. Manter toda a estrutura administrativa, operacional necessárias à execução do contrato bem como registros contábeis específicos para fins de acompanhamento e avaliação dos recursos obtidos com o programa;
- d. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços, ou seja, realizando atendimento humanizado de acordo com a Política Nacional de Humanização – PNH do Ministério da Saúde.
- e. Administrar o quadro de funcionários, competindo-lhe determinar o cumprimento das obrigações e manter atualizado o cadastro dos mesmos no CNES, quando necessário;

- f. Apresentar a SMSA, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;
- g. Informar a SMSA sobre eventual alteração de sua razão social; de seu controle acionário ou de mudança de sua diretoria ou de seu Estatuto ou sobre qualquer outra mudança em relação ao contrato, enviando cópia autenticada;
- h. Respeitar a mais ampla e irrestrita fiscalização da comissão de credenciamento e/ou do SMSA/DCAR, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações procedentes, caso ocorram;
- i. Atender aos usuários e acompanhantes do Sistema Único de Saúde – SUS com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, não permitindo discriminações de quaisquer espécies mantendo-se a qualidade na prestação dos serviços;
- j. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos, prejuízos e/ou atos praticados por seus funcionários em serviço, que vier a causar ao CONTRATANTE aos usuários do SUS ou a terceiros, arcando com toda e qualquer indenização proveniente de danos decorrentes de ação ou omissão, ressaltando-se ainda que mesmo atestando o serviço prestado, subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA pela solidez, qualidade e segurança destes serviços;
- k. Atender todos os encaminhamentos da Rede Municipal de Saúde para os serviços credenciados a realizar, sendo que, o paciente deverá ser atendido no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da Guia de Autorização Ambulatorial (G.A.A) ou em outro formulário que possa vir a ser implantado pela Secretaria Municipal de Saúde – SMSA por parte dos usuários do SUS ao prestador;
- l. Informar imediatamente à SMSA/DCAR, sobre qualquer situação que motive a interrupção de um ou mais serviços prestados aos usuários do SUS;
- m. O resultado deverá ser entregue em formato físico e/ou digital no prazo máximo de 10 (dez) dias aos usuários do SUS se exames eletivos. Esse prazo começa a ser contado a partir da data de realização do procedimento pelos usuários
- n. Caso os exames constantes no ANEXO I sejam solicitados com urgência e/ou emergência, o prazo máximo de entrega do resultado será em até 24h (vinte e quatro) horas a fim de realizar o tratamento o mais rápido possível;

- o. Fixar em local visível, informativo de sua condição de entidade integrante do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;
- p. Utilizar em todas as solicitações de procedimentos o Cartão Nacional de Saúde-Cartão SUS e prestar informações aos gestores do SUS nos padrões definidos pelas normas e regulamentos instituídos pelo Ministério da Saúde;
- q. Não divulgar, sob nenhuma forma, os cadastros e arquivos referentes às Unidades de Saúde, aos profissionais de saúde e aos usuários do SUS que vierem a ter acesso;
- r. Assumir a responsabilidade pelos salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e impostos resultantes do contrato e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir futuramente;
- s. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente instrumento contratual, sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE;
- t. Disponibilizar de imediato após a assinatura do contrato, a prestação dos serviços credenciados;
- u. Os equipamentos ou quaisquer outros materiais que venham a ser necessários para a realização dos procedimentos constantes neste instrumento são de responsabilidade da CONTRATADA e devem estar devidamente cadastrados no CNES;
- v. Manter sempre atualizado o cadastro dos usuários, assim como os prontuários que permitam o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, ressalvados os prazos previstos em lei;
- w. Colher na GAA ou outro formulário físico e/ou digital desta Secretaria a assinatura do paciente ou de seu representante legal, ressaltando que as guias sem assinaturas não serão validadas;
- x. Apresentar mensalmente à SMSA, até o 3º. (terceiro) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, boletim de produção ambulatorial (BPA) e as G.A.A's ou em outro formulário que possa vir a ser implantado pela Secretaria Municipal de Saúde – SMSA dos serviços prestados ou outros documentos comprobatórios da execução do serviço, sendo que o retardo na referida entrega implicará automaticamente na inclusão desta à produção do mês subsequente;

- y. Apresentar a Nota Fiscal em até 02 (dois) dias úteis após a solicitação pelo setor responsável;
- z. Atender o Plano Operativo na sua integra **anexo III**;
- aa. Responsabilizar-se quanto aos eixos de assistência, gestão, avaliação e, quando couber, de ensino e pesquisa;
- bb. Manter-se, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- cc. As demais normas não descritas nessas obrigações poderão surgir, sendo antecipadamente tratadas entre ambas as partes;
- dd. A CONTRATADA deve possuir o estabelecimento nos perímetros do Município de Boa Vista-RR, em área urbana cedendo espaço físico próprio e adequado para os procedimentos, com disponibilidade mínima de pessoal, de materiais e equipamentos;
- ee. A CONTRATADA deverá aceitar a solicitação para execução dos serviços, somente se autorizados mediante G.A.A (Guia de Autorização Ambulatorial), ou em outro formulário que possa vir a ser implantado pela Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.
- ff. A CONTRATADA deverá fazer uma declaração informando os dias e os horários acordados com a contratante para atendimento aos usuários do SUS, levando-se em consideração as condições favoráveis de acesso da população residente no município;
- gg. Relacionar e quantificar os equipamentos, bem como cadastrar os mesmos no CNES;
- hh. A CONTRATADA deverá oferecer os serviços de natureza Ambulatorial em endereço fixo ou Unidade Móvel aos pacientes do Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Boa Vista (CEO) e pacientes pediátricos do Hospital da Criança Santo Antônio , conforme faixa etária pactuada em CIB.
- ii. A CONTRATADA não poderá alterar as instalações e fazer mudança de endereço de atendimento sem o consentimento prévio e por escrito da Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.
- jj. A CONTRATADA deverá atender as diretrizes do PNH – Programa Nacional de Humanização;

kk. A CONTRATADA deverá possuir equipe multiprofissional compatível com a característica e funções do Serviço;

ll. É de responsabilidade da CONTRATADA o agendamento dos exames;

mm. Prestar atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes;

nn. A CONTRATADA deverá ainda, estar devidamente cadastrada no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde do Ministério da Saúde, o qual deverá estar compatível com os serviços a serem prestados;

oo. Deverá ser entregue uma via do resultado do exame para o paciente (com identificação do usuário; data de realização do exame, e Imagem, quando couber, devidamente carimbado e assinado pelo profissional realizador do exame) o qual deverá retirá-lo junto à CONTRATADA;

pp. Inserir os resultados dos exames em Sistema de Informação a ser fornecido pela CONTRATANTE;

qq. A CONTRATADA será a responsável pelo local bem como pelo material necessário para realização dos procedimentos cirúrgicos objetos deste edital;

rr. A CONTRATADA deverá apresentar o Procedimento Operacional Padrão (POP) atualizado.

05 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 Exercer, por intermédio do Departamento que solicitou abertura do processo, conforme disposição do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, o acompanhamento dos serviços;

5.2 A Avaliação das metas qualitativas e quantitativas do Plano Operativo serão revisadas semestralmente;

5.3 Revisar o Plano operativo da CONTRATADA observando os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, a cada 12 (doze) meses;

5.4 Inspeccionar as instalações das empresas Contratadas, sempre que achar necessário, através dos Técnicos do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação, ou ainda, acompanhados pela Comissão de Credenciamento;

5.5 Sendo constatadas incorreções no BPA, Notas Fiscais e G.A.A's ou em outro formulário que possa vir a ser implantado pela Secretaria Municipal de Saúde – SMSA, o

CRENCIANTE providenciará sua imediata devolução, a fim de que seja reprocessada a correção pelo CRENCIADO;

5.6 Utilizar em todas as solicitações de procedimentos o Cartão Nacional de Saúde – Cartão SUS;

5.7 O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação assumida – pagar os valores constantes ao previstos deste Edital - não transfere para a SMSA, a obrigação de pagar os serviços ora Contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais, conforme: §1º e §2º do Artigo 5º da Portaria nº. 1.286 de 26/10/93;

5.8 É de responsabilidade do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação - DCAR da Secretária Municipal de Saúde – SMSA, conferir mensalmente os serviços prestados. Podendo ocorrer glosa de procedimentos (o que inviabiliza o pagamento dos mesmos) caso a G.A.A (requisição de exame complementares) não esteja devidamente preenchida e/ou presente rasuras;

5.9 O controle financeiro dos procedimentos contratados será de responsabilidade da CONTRATANTE, será feito através do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação - DCAR da Secretária Municipal de Saúde – SMSA;

5.11 É de responsabilidade do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação - DCAR e do Hospital da Criança Santo Antônio a organização do fluxo dos usuários do SUS.

06 DA HABILITAÇÃO DO CRENCIAMENTO

6.1. Poderão participar do Credenciamento as entidades públicas, universitárias, filantrópicas e, de forma complementar, as entidades privadas lucrativas, legalmente constituídas, com capacidade técnica, idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico-fiscal, que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e anexos e, que aceitam as exigências estabelecidas pelas normas do SUS e do Direito Administrativo.

6.2 Para participar, o interessado deverá apresentar os documentos para proposta de habilitação, conforme segue abaixo, em ENVELOPE LACRADO, indicando em sua parte externa as seguintes indicações:

**À
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOA VISTA/RR
DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DE CRENCIAMENTO Nº
001/2017**

RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DO INTERESSADO

Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal da Saúde

6.3 Deverá constar no envelope de credenciamento:

a) Carta de Apresentação, na qual deverá relacionar os códigos, se houverem, dos procedimentos para os quais solicita credenciamento, utilizando-se para tal, da Tabela descritiva de procedimentos (ANEXO I), além de declarar estar de acordo com as Normas e Tabelas de Valores definidos pelo SUS, subordinando-se as Diretrizes e normas previstas na Constituição Federal e nas Leis nº. 8.080/90 e nº. 8.666/93 bem como os Termos do Edital de Credenciamento. O interessado deverá também comprometer-se a realizar todos os procedimentos a que se propõe, e declarar estar ciente que, a inclusão ou exclusão deverá ter a anuência expressa do Gestor Municipal de Saúde.

6.4 A empresa deverá apresentar:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Regularidade Fiscal e Trabalhista.
- c) Qualificação econômico-financeira;
- d) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**);
- e) Qualificação técnica – a ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos, Pessoa Jurídica:
 - e.1) Certificado de registro da empresa no respectivo Órgão de Classe, atualizado.
 - e.2) Alvará de localização e funcionamento regular;
 - e.3) Cópia autenticada do Alvará Sanitário (vigente) segundo legislação vigente, emitido pela Vigilância sanitária responsável pela fiscalização da **respectiva atividade**;
 - e.4) Cópia do comprovante de registro no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES, sendo que, a empresa deve estar cadastrada a mais de 15 (quinze) dias e com o cadastro validado;
 - e.5) Atestado de capacitação técnica emitido por pessoa jurídica de Direito **Público ou Privado**, com identificação do emitente e cargo que ocupa na empresa, compatível e

pertinente com o bem cotado, e nível de satisfação quanto à prestação dos serviços e qualidade;

f) Qualificação Técnica Específica – a ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos do Corpo Técnico do Estabelecimento:

f.1) Currículo do responsável técnico do estabelecimento atualizado com cópia autenticada dos documentos comprobatórios, diplomas e títulos de especialista;

f.2) Relação da equipe médica e técnica, todos com cadastro no CNES, com as respectivas formações profissionais e especialidades, informando os números dos registros no respectivo Conselho de Classe;

g) Declaração de inexistência de Fato Superveniente impeditivo da habilitação (Anexo V)

h) Declaração de que não é Servidor Público Municipal (anexo VI) nos termos dos artigos 2º e 3º, da Lei Complementar Municipal nº. 003/12, para efeito dos impedimentos descritos no art.9º, da lei nº. 8.666/93.

07 DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

7.1 Serão consideradas habilitadas e credenciadas as pessoas jurídicas em função da regularidade da documentação apresentada e **inabilitadas** aquelas que não atendam à documentação constante do item 6;

7.2 A documentação será submetida à análise pela Comissão de Credenciamento designada pelo Secretário Municipal de Saúde e será composta por servidores municipais, nomeados através de portaria, publicados no Diário Oficial do Município.

08 DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de assinatura, podendo, no interesse da administração, ser prorrogado mediante termo aditivo, conforme disposto no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

8.2 A contratação será formalizada pela SMSA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.3 Instrumento contratual será retirado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 64 da Lei 8.666/93.

09 DAS PENALIDADES

9.1 As multas moratória, prevista no Artigo 86 da Lei nº 8.666/93 será calculada pelo percentual de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor dos serviços em atraso, limitado a 10% (dez por cento) deste.

9.2 O **Contratante** somente deixará de aplicar eventual sanção caso seja demonstrada a ocorrência de qualquer circunstância prevista no § 1.º do Art. 57 da Lei n.º 8666/93.

9.3 Da aplicação das penalidades definidas neste item, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

9.4 A sanção estabelecida no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93 preconiza que a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, terá prazo até de 2 (dois) anos.

9.5 O valor das multas será descontado dos créditos da **Contratada**, desde já expressamente autorizado.

9.6 Inexecução Total:

a) Multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o valor do contrato;

9.7 Inexecução Parcial:

a) Multa de 10% (dez pro cento) aplicada sobre a parcela do contrato não executada.

10 DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será efetuado pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS), até 30 (trinta) dias após a efetiva execução do serviço do presente Edital à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA), mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/DANFE), atestadas pela SMSA/PMBV e respectivas certidões;

10.2 Na Nota Fiscal/DANFE deverão constar:

Nome: MUNICÍPIO DE BOA VISTA/PREFEITURA MUNICIPAL.

CNPJ: 05.943.030/0001-55

Endereço Palácio 09 de Julho – Rua General Penha Brasil, nº 1011 – Bairro São Francisco – CEP: 69.305-130

10.3 Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/DANFE, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

10.4 Os valores inicialmente estipulados pela prestação dos serviços previstos neste Edital, poderão ser reajustados na proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, garantindo sempre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato nos termos do art. 26, da Lei 8.080/90 e das Normas Gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos;

10.5 A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo FORNECEDOR, se for o caso;

10.6 A entrega dos comprovantes dos procedimentos executados para efeito de pagamento pela SMSA à empresa contratada deverá apresentar:

10.6.1 A Comprovação dos procedimentos executados, serão através de B.P.A (Boletim de Produção Ambulatorial) em formato digital, sempre demonstrando quantidade de procedimentos realizados e valores, juntamente com a G.A.A (Guia de Autorização Ambulatorial) devidamente autorizada pela unidade responsável;

10.7 Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização, não cabendo atualização financeira;

10.8 A Nota Fiscal/DANFE deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta e no Contrato, constando ainda o número da nota de empenho correspondente, não se admitindo Notas Fiscais/DANFE emitidos com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz;

10.9 Nas Notas Fiscais/DANFE deverão constar, impreterivelmente, o número do processo, o número do empenho, o número do Contrato e Descrição do Objeto conforme proposta;

10.10 Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA

ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados;

10.11 A critério da CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

11 DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A despesa correrá a conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Fonte de Recurso: 049 – **SUS** / 001 – **RP**

Programa de trabalho: 10.302.0034.2097

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

12 DAS ALTERAÇÕES

12.1 Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores;

12.2 A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato e/ou supressões que se fizerem necessárias no quantitativo dos serviços, de conformidade com o art. 65, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 8.666/93.

13 DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A execução das obrigações contratuais integrante deste instrumento será fiscalizada pelos servidores desta Secretaria Municipal de Saúde, Sr. **José Soares de Sousa Júnior – matrícula 130821** e Sra. **Elenilde Gomes dos Santos – matrícula 26280** neste ato denominado FISCAL (is), devidamente credenciado, no qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, dando ciência de tudo ao credenciado (Art. 67, da Lei 8.666/93);

13.2 Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, não implicando também, corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da lei nº 8.666/93).

14 DA RESCISÃO DO CREDENCIAMENTO

14.1 A rescisão contratual ocorrerá imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando ocorrer às situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 do mencionado diploma legal;

14.2 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas no contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a administração. O Credenciado que deseja solicitar o descredenciamento, deverá fazê-lo mediante aviso escrito a ser encaminhado ao Gestor Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Aplicam-se, no que couber, a disposição constante da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do consumidor;

15.2 O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendido a conveniência do contratante, recebendo o contratado o valor correspondente ao objeto correspondente, bem como de forma imediata e independentemente de interpretação judicial ou extrajudicial;

15.3 É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão;

15.4 Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do contrato, serão resolvidas entre as partes contratantes por meio de procedimentos administrativos.

16 ANEXOS

16.1 Constam como parte integrante deste Edital:

16.2 ANEXO I – TABELA – PROCEDIMENTOS E VALORES;

16.3 ANEXO II - QUANTITATIVO ESTIMADO DE PROCEDIMENTOS MENSAL E ANUAL;

16.4 ANEXO III – PLANO OPERATIVO;

16.5 ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

16.6 ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE.

16.7 ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO É SERVIDOR MUNICIPAL

17 INFORMAÇÕES

17.1 Maiores informações poderão ser obtidas junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo fone (095) 3621-1015 (Departamento de Controle, Avaliação e Regulação – DCAR), situado na Rua Coronel Mota, nº 418 – Centro, Cep. 69.301-120 – Boa Vista – RR.

Boa Vista – RR, 01 de Agosto de 2018.

**Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal de Saúde**

ANEXO I PROCEDIMENTOS E VALORES

PROCEDIMENTOS DE IMAGEM EM ODONTOLOGIA				
CÓDIGO	PROCEDIMENTO	VALOR SUS (R\$)	VALOR RP (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
02.04.01.017-9	Radiografia Panorâmica	9,03	45,97	55,00
-	Tomografia computadorizada por feixe cônico – cone beam por região	-	150,00	150,00
-	Tomografia computadorizada por feixe cônico – cone beam total	-	300,00	300,00

Fonte: <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>

ANEXO II QUANTITATIVO ESTIMADO DE PROCEDIMENTOS MENSAL E ANUAL

EXAMES COMPLEMENTARES ODONTOLÓGICOS			
CÓDIGO	PROCEDIMENTO	ESTIMATIVA MENSAL	ESTIMATIVA ANUAL
02.04.01.017-9	Radiografia Panorâmica	110	1320
-	Tomografia computadorizada por feixe cônico – cone beam por região	1	12
-	Tomografia computadorizada por feixe cônico – cone beam total	10	120

O quantitativo de procedimentos estimados para o ano de 2018 foi elaborado utilizando como referência os valores informados pelo HCSA através do MEMO 27631/2017/Direção Geral/HCSA (fls. 06) e pelo CEO através do MEMO nº 27396/2017 (fls. 08)

ANEXO III PLANO OPERATIVO

INTRODUÇÃO

O Plano Operativo é parte integrante do contrato de credenciamento celebrado entre o gestor municipal e o prestador de serviço de imagem em odontologia, sendo um instrumento no qual são apresentadas ações e indicadores quantitativos e qualitativos pactuados entre as partes.

1- Justificativa

O município de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, possui uma população de 332.020 habitantes (estimativa IBGE 2017), concentrando assim 63,5% da população de Roraima.

Possui 58 (cinquenta e oito) equipes de estratégia de saúde da família instaladas em 35 (trinta e cinco) unidades básicas e 08 (oito) centros especializados.

Na capital encontram-se todas as unidades de saúde de referência em média e alta complexidade do Estado, sendo o Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA) uma unidade de saúde sob gestão municipal, referência Estadual de pacientes pediátricos, conforme pactuado em CIB-RR

O Centro de Especialidade Odontológica (CEO) atende pacientes referenciados das unidades básicas do município de Boa Vista. Oferta atendimento odontológico nas especialidades de Odontologia Geral (Cirurgião Dentista), Periodontia, Endodontia, Cirurgia Bucomaxilofacial e Odontopediatria.

O Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA), hospital especializado Tipo I, componente da Rede de Urgência e Emergência (RUE) do Estado de Roraima, referência no atendimento de pacientes pediátricos, oferta, aos pacientes da capital e interior, atendimento de urgência, emergência e eletivo em Odontologia na especialidade de Odontologia Geral (Cirurgião Dentista) e Cirurgia Bucomaxilofacial.

Conforme responsáveis técnicos em odontologia do CEO e HCSA, os exames de imagem de Radiografia Panorâmica e Tomografia Computadorizada por Feixe Cônico – CONE BEAM são necessários para o planejamento dos procedimentos e avaliação das

estruturas faciais dos arcos dentários dos pacientes que são submetidos à cirurgias orais pelos especialistas em Cirurgia Bucomaxilofacial, em pacientes atendidos ou encaminhados as unidades municipais citadas acima.

A radiografia panorâmica (também chamada de pan tomografia) é uma técnica que produz uma única imagem tomográfica das estruturas faciais que inclui ambos os arcos dentários, maxilar e mandibular, e suas estruturas de suporte. Essa é uma variante curvilínea da tomografia convencional e também se baseia no princípio de movimento recíproco da fonte de raios X e de um receptor da imagem ao redor de um plano ou ponto central, denominado plano de corte, no qual se localiza o objeto de interesse. Objetos em frente ou atrás desse plano de corte não são visibilizados de forma clara em virtude do seu movimento em relação ao centro de rotação do receptor e da fonte de raios X.

As principais vantagens das radiografias panorâmicas incluem as seguintes:

- Ampla visibilidade dos ossos faciais e dentes;
- Baixa dose de radiação ao paciente;
- Não causa desconforto ao paciente;
- Possibilidade de ser realizada em pacientes com dificuldades de abertura de boca;
- Curto tempo necessário para realizar a radiografia panorâmica, geralmente por volta de 3 a 4 minutos (incluindo o tempo necessário para posicionar o paciente e o tempo de exposição)
- Facilidade de compreensão das radiografias panorâmicas pelo paciente, tornando-as um útil auxílio visual na educação do paciente e apresentação de casos clínicos;

Radiografias panorâmicas são mais úteis clinicamente para o diagnóstico de problemas que requerem ampla visualização dos maxilares. Exemplos comuns incluem avaliação de traumatismo, localização de terceiros molares, patologias extensas, lesões grandes conhecidas ou suspeitadas, desenvolvimento dentário (em especial na dentição mista), retenção de dentes ou ápices radiculares (em pacientes edêntulos) e anomalias de desenvolvimento. Essas funções não requerem a alta definição e o alto detalhe das radiografias intra-orais. As radiografias panorâmicas são comumente usadas como a imagem inicial de uma avaliação por permitir adequada visualização ou auxiliar na indicação de outras radiografias. As radiografias panorâmicas também são úteis em pacientes que não têm boa tolerância a exames intraorais. No entanto, quando um exame radiográfico intraoral completo é realizado em um paciente que será submetido a tratamento dentário,

normalmente pouca ou nenhuma informação útil adicional é obtida através de uma radiografia panorâmica simultânea.

A Tomografia computadorizada de feixe cônico (TCFC) é baseada na tomografia volumétrica e usa a extensão digital a duas dimensões (2D) na área do detetor, combinado com um feixe de raio-X a 3D. A técnica *cone beam*, ou feixe cônico, é única e envolve apenas uma passagem a 360° com o *scanner*, onde a fonte do raio-X e a área recíproca se movem à volta da cabeça do paciente.

Possibilita, em tempo real, imagens 2D coronais, sagitais e mesmo oblíquas ou curvas; consegue reunir as diferentes imagens, proporcionando uma imagem a 3D que vai permitir uma visão da cavidade oral e da região maxilofacial em qualquer plano.

TCFC é uma ferramenta importante na realização de diagnósticos e planos de tratamento complexos, no planeamento de implantes, enxertos ósseos, acesso cirúrgico a patologias, ATM, pré e pós-cirúrgicos de fraturas craniofaciais, na ortodontia com medições do desenvolvimento, demonstrações de variações anatómicas, entre outros.

Atualmente estes procedimentos não são disponibilizados na rede própria municipal de saúde e/ou rede credenciada, tornando-se necessário o credenciamento para melhor planeamento cirúrgico e seguimento nos pacientes atendidos no CEO E HCSA.

2 - Objetivo Geral

Execução de serviço de imagem em odontologia de natureza Ambulatorial, atendidos no Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Boa Vista (CEO) e Hospital da Criança São Antônio (HCSA).

3 - Objetivos Específicos

- Possibilitar o acesso à serviços de saúde, de forma a garantir uma maior resolubilidade na assistência prestada;
- Viabilizar a realização dos procedimentos objeto do Edital citado anteriormente, em tempo oportuno, a fim de garantir a efetivação do diagnóstico e tratamento;
- Propiciar um prognóstico mais preciso e eficaz, através da disponibilização dos exames aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde
- Subsidiar a equipe de profissionais médicos da rede pública municipal de saúde, no desempenho de suas funções.

4 - Caracterização da Contratada

A contratada deverá possuir o estabelecimento nos perímetros do Município de Boa Vista, em área urbana, cedendo espaço físico próprio e adequado para os procedimentos, com disponibilidade de mobiliários, materiais, equipamentos e recursos humanos necessários à realização dos procedimentos relacionados neste edital de credenciamento.

A contratada deverá ainda, estar devidamente cadastrada no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde do Ministério da Saúde, o qual deverá estar compatível com os serviços a serem prestados.

São competências e/ou funções da contratada:

- Prestar atendimento aos usuários nos dias e horários acordados;
- Acolher os pacientes e acompanhantes de forma humanizada;
- Possuir equipe multiprofissional compatível com a característica e funções do Serviço;
- Prestar atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes;
- Manter registro atualizado no CNES;
- Submeter-se à regulação, controle, avaliação e auditoria instituída pela Gestor do SUS;
- Atender as diretrizes da PNH – Política Nacional de Humanização;

5 – Controle, Avaliação e Regulação

Os dias e horários de atendimentos serão agendados em comum acordo entre contratante e contratado, levando-se em consideração as condições favoráveis de acesso da população pediátrica residente no estado.

A autorização dos exames será de responsabilidade do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação (DCAR/SMSA) ou de quem por este seja designado, o qual se encarregará de controlar a demanda encaminhada de acordo com o quantitativo físico e financeiro contratado e o agendamento será de responsabilidade da contratada.

Os serviços serão autorizados por meio de G.A.A ou em outro formulário que possa vir a ser implantado pela Secretaria Municipal de Saúde – SMSA.

Os serviços prestados serão mensalmente conferidos pelo Departamento de Controle, Avaliação e Regulação da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ocorrer glosa de procedimentos (o que inviabiliza o pagamento dos mesmos) caso a G.A.A (requisição de exames complementares) ou em outro formulário que possa vir a ser implantado pela Secretaria Municipal de Saúde – SMSA não esteja devidamente preenchida e com rasuras.

Deverá ser entregue uma via do resultado do exame para o paciente (com identificação do usuário; data de realização do exame; e Imagem em formato físico e/ou digital, devidamente carimbado e assinado pelo profissional realizador do exame) o qual deverá retirá-lo junto à contratada, caso o paciente esteja internado no HCSA o resultado deverá ser entregue neste.

6- Recurso Financeiro

Fonte de Recurso: 049 – SUS / 001 – RP

Programa de trabalho: 10.302.0034.2097

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00

7- Meta Quantitativa

Descrição	Meta
Procedimentos de imagem em odontologia	Atender 100% dos exames agendados.

8 - Meta Qualitativa

Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação dos serviços, ou seja, realizando atendimento humanizado de acordo com a Política Nacional de Humanização – PNH do Ministério da Saúde.

9- Avaliação das Metas Quantitativa e Qualitativa

Será formada uma comissão composta por profissionais da Superintendência da Atenção Especializada e do Departamento de Controle, Avaliação e Regulação que irão avaliar semestralmente, o cumprimento das metas e objetivos propostos no plano.

A avaliação quantitativa se dará por meio de Relatórios de Produção – Física e Financeira, emitidos pelo DCAR.

A avaliação qualitativa será subdividida em: Avaliação Técnica dos Serviços e Avaliação da Satisfação dos Usuários, as quais serão realizadas através de impressos próprios constantes nos Formulários I e II, baseados no Manual do Programa Nacional de Avaliação de Serviços de Saúde - PNASS, do Ministério da Saúde, edição 2004/2005.

9.1 - Critérios de Avaliação Qualitativa

A avaliação técnica dos serviços será feita através da verificação do cumprimento dos requisitos constantes no Formulário I, podendo resultar na seguinte classificação:

Classificação	% Referência
Excelente	90 à 100 %
Ótimo	80 à 90 %
Bom	70 à 80 %
Razoável	60 à 70 %
Ruim	Abaixo de 60 %

Considerando que para obter um serviço de qualidade a contratada deverá atingir no mínimo o conceito “BOM”, uma vez não atingida esta classificação, a mesma será advertida e terá um prazo de 30 (trinta) dias para adequação.

A avaliação da satisfação do usuário será feita através de pesquisa aplicada, conforme Formulário II, por meio de visita domiciliar ou diretamente no Estabelecimento contratado.

Para subsidiar a visita domiciliar da Comissão, quando houver, o DCAR, emitirá Relatório contendo nome e endereço de usuários que foram atendidos no Estabelecimento, no período, bem como, o nome dos profissionais médicos que prestaram

o atendimento. Os usuários constantes no Relatório deverão ser escolhidos aleatoriamente, em dias e horários diversos e de diferentes profissionais médicos (caso os serviços sejam prestados por mais de um profissional). Os resultados obtidos nesta avaliação servirão de base para nortear a melhoria dos serviços.

Caberá a Comissão a emissão de pareceres sobre a avaliação da meta qualitativa.

Os prazos de avaliação terão início a contar da data da assinatura do contrato.

AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS

CNES Nº:	
ESTABELECIMENTO DE SAUDE:	
AVALIADOR:	CARGO:
PROFISSIONAL DO ESTABELECIMENTO:	CARGO

	SIM	NÃO	REQUISITOS
DIREÇÃO/ADMINISTRAÇÃO			O Estabelecimento possui Responsável Técnico habilitado para o exercício da atividade oferecida no serviço.
			Existe pessoa responsável para resolver situações adversas e que esteja acessível durante todo o período de realização dos exames contratados.
			O Estabelecimento dispõe de mecanismo que visem garantir a Ética Profissional
GESTÃO DE PESSOAS			Os profissionais cuja profissão é regulamentada por conselhos de classe, estão devidamente registrados no Estado em que está a sede do Estabelecimento contratado.
GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO			Resultado do Exame à ser fornecido ao usuário do SUS – Sistema Único de Saúde, com identificação completa do mesmo; data de realização do exame e respectiva imagem, devidamente carimbado e assinado pelo médico executante do exame.
			Atendimento ao Cronograma de entrega dos Resultados dos Exames Realizados, ao DCAR, para fins de Auditoria.
			Apresentação correta da documentação para Auditoria, ou seja, Requisição de Exames Complementares (ou documento similar autorizado pela Secretaria de Saúde), acompanhado do Resultado do Exame (conforme padrões anteriormente explicitados, com exceção da imagem).
			Assegura a guarda dos resultados dos exames no que se refere a confidencialidade e integridade dos mesmos.
GESTÃO DA ÁREA FÍSICA			Realiza manutenção predial corretiva.
			Ambientes identificados e de fácil visualização.
GESTÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS			Equipamento (s) disponível (is) em condições de uso, compatíveis com a finalidade a que se propõem.
			Há programa de manutenção preventiva dos equipamentos.
HIGIENE			Roupa da maca limpa e trocada diariamente ou sempre que necessário, de forma a manter a higiene.
			Avental disponibilizado aos usuários do SUS, limpos e sem cheiro
ÁREA FÍSICA BÁSICA			Forro lavável, limpo e claro.
			Paredes limpas e claras.
			Piso de fácil limpeza e desinfecção.
			Acesso a cadeirantes e deficientes físicos
			Sanitário para usuários do SUS e acompanhantes
			Alvará sanitário em dia.
		Espaços separados: recepção/sala de espera e sala de exames.	



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO
"Nossa missão é cuidar da saúde das pessoas"

Pontuação: _____

Parecer do avaliador:

Boa Vista, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Avaliador

Assinatura do Profissional da Unidade

Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal da Saúde



DA SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

PERFIL DO USUÁRIO

IDADE:	SEXO:
ESCOLARIDADE:	

AMBIÊNCIA

INDICADORES	EXCELENTE	ÓTIMO	BOM	RAZOÁVEL	RUIM
Limpeza dos ambientes (recepção; sala de espera; banheiro, sala de exames etc...)					
Conforto dos ambientes – ventilação; iluminação; limpeza e integridade do mobiliário, propiciando conforto e bem estar.					
Espaço físico adequado a demanda de usuários que aguardam o atendimento médico					

ATENDIMENTO MÉDICO

INDICADORES	EXCELENTE	ÓTIMO	BOM	RAZOÁVEL	RUIM
Tempo na sala de espera até a realização do exame (considerado o horário de agendamento)					
É atencioso e realiza perguntas sobre a queixa que originou o exame.					
Examina com interesse e cuidado.					
Responde as perguntas feitas.					
INDICADORES	SIM		NÃO		
Sentimento de confiança no profissional que realizou o exame					
Apresentação/Identificação do profissional que realizou o exame					

ATENDIMENTO DE RECEPÇÃO

INDICADORES	EXCELENTE	ÓTIMO	BOM	RAZOÁVEL	RUIM
É atencioso e responde as perguntas feitas.					
Orienta sobre o fluxo de atendimento do Estabelecimento.					
Se comporta com educação e respeito.					

GRATUIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

INDICADORES	SIM		NÃO		
Efetivação de pagamento em espécie, de qualquer quantia, pelo exame realizado.					
Em caso positivo, relatar o valor e o argumento da cobrança.	R\$ _____				

Pontuação: _____

Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal da Saúde



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO
"Nossa missão é cuidar da saúde das pessoas"

Parecer do Avaliador:

Boa Vista, _____ de _____ de 2018.

Assinatura do Avaliador

Cláudio Galvão dos Santos
Secretário Municipal da Saúde

ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

DECLARAÇÃO ART. 7º, XXXIII, DA CF

Entidade/Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

SIM	NÃO

Boa Vista – RR, ____ de _____ de _____.

Representante Legal

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

Empresa/Entidade _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, em cumprimento ao exigido no Edital de Chamada Pública nº ____/201____ declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua Habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de _____.

Representante Legal

ANEXO VI

MODELO

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO É SERVIDOR PÚBLICO

Entidade/Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, que seus proprietários, diretores e sócios não pertencem ao quadro de servidores públicos do Município, nem exercem cargo de chefia e/ou função de confiança na Administração Pública nos moldes do ítem 3.3., II, B.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de _____.

Representante Legal